

A interação entre o campus do IFSC no extremo oeste catarinense e a comunidade local Vila Nova

The interaction between the IFSC campus in the far west of Santa Catarina and the local community
Vila Nova

José Fabiano de Paula¹

Leonidas Roberto Taschetto²

Resumo: Este artigo problematiza as percepções de uma parcela dos pesquisadores e da comunidade Vila Nova, em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, Brasil, acerca do distanciamento existente entre o campus do IFSC, vinculado à educação profissional e superior implantado em 2011, e os moradores vizinhos do entorno. Para tanto, constituiu-se uma pesquisa de campo exploratória-descritiva. Autores como Milton Santos e Stuart Hall, entre outros, contribuíram para o embasamento teórico com conceitos de espaço e identidade, respectivamente. A análise dos dados possibilitou realizar um breve levantamento sociodemográfico da comunidade, compreender o imaginário desta população quanto ao campus e propor alternativas de interação via os recursos humanos, pedagógicos e espaciais que o próprio estabelecimento educacional poderia oferecer conforme as demandas específicas desse grupo identitário. A construção deste artigo contemplou alternativas de interação, por meio de um diálogo horizontal, com o objetivo de promover uma aproximação entre a gestão do campus e a população vizinha.

Palavras-chave: Interação; Comunidade; IFSC; Extremo Oeste Catarinense.

Abstract: This research seeks to present the perception of researchers and a part of the Vila Nova community, São Miguel do Oeste, Santa Catarina, Brazil, about the distance between a Public Education, Research and Extension Institution linked to the professional and higher education - implanted in the year 2011 and the surrounding neighbors. For this, an exploratory-descriptive field research was constituted. Authors such as Milton Santos and Stuart Hall, among others, contributed to the theoretical underpinning covering concepts of space and identity. The analysis of the data made it possible to carry out a brief socio-demographic survey of the community, to understand the imaginary of this population regarding the neighboring Campus and to propose alternatives of interaction through the human, pedagogical and spatial resources that the Educational Institution could offer according to the specific demands of this group Identity.

Keywords: Interaction; Community; IFSC; Far West of Santa Catarina.

Introdução

Os problemas sociais no Brasil, em especial aqueles pertinentes à educação, vêm sofrendo influência da economia, exigida pelos cortes nos gastos públicos em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Trata-se da busca por um Estado mais enxuto que, embora seja necessário, ocasiona a falta de recursos financeiros para a manutenção e melhoria da educação no país.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas. Prof. EBTT da área de Geografia do IFRS – Campus Caxias do Sul. E-mail: jose.paula@caxias.ifrs.edu.br

² Doutor em Educação pela UFRGS/Université de Paris 8 – Vincenne-Saint-Denis. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – UNILASALLE, Canoas. E-mail: leontaschetto@yahoo.com.br

Enquanto alguns gestores defendem políticas destinadas à segurança pública, ao lazer, à saúde, a um plano econômico, esquece-se que por todos esses anseios da sociedade perpassam a educação. Muitas economias mundiais, seja no ocidente com os países escandinavos, seja no oriente, como os Tigres Asiáticos investiram pesadamente na educação na segunda metade do século XX. Os resultados atuais demonstram Estados Nacionais detentoras de grande capacidade socioeconômico-cultural que lhe dão a estabilidade necessária para sobreviver nos altos e baixos da economia internacional.

O Brasil, a partir da Constituição de 1988, demonstra - pelo menos na teoria - estar ciente da importância da educação, pois enfatiza que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 1).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), aprovada em 1996, outro importante passo também seria dado, instaurando assim um projeto para que a educação brasileira fosse organizada em Educação Básica, composta por Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e a Educação Superior que passou a compor os cursos de graduação e pós-graduação *lato* (Especialização) e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). Na Educação Básica se enfatizou a necessidade de existir as modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a preparação dos jovens para o mundo do trabalho integrado ao Ensino Médio, inclusive, nessa lei, a Educação Profissional passa a ter um capítulo exclusivo.

Embora haja polêmica sobre esta primeira LDBN, torna-se indiscutível que ela trouxe uma discussão sobre as contradições e interesses que a educação abarcava até aquele momento. O analfabetismo ainda presente no final do século XX no Brasil, as grandes disparidades regionais, a falta de qualificação do professor para o tipo de ano ou série da educação³, como também a diminuição dos baixos índices de desempenho apresentados pelos alunos, na Educação Básica, foram eventos que passaram a ser percebidos e debatidos pelos grupos sociais minoritários que também reivindicavam os seus direitos na área educacional.

Dessa forma, cada governo, com suas ideologias, foi construindo, mesmo que timidamente em alguns momentos, mas sempre pressionado por uma parcela da sociedade ativa: intelectuais, grupos sociais organizados, entre outros; propostas que viessem a contribuir, através da educação, para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

Para despertar a vocação agrícola, industrial ou comercial dos municípios ou das micro e mesorregiões brasileiras, cada área com suas características próprias, o governo federal, no ano de 2005, resolve expandir as Escolas Federais no país, acrescentando-se mais 60. Em 2007, lançam a fase de expansão II que objetivou atingir a meta de se ter 354 Unidades Federais distribuídas pelo Brasil. Nesta fase, institui-se o campus São Miguel do Oeste com o intuito de atender as demandas regionais relacionadas à educação do extremo oeste catarinense. Porém, a sua construção não estava condicionada apenas a uma regulamentação

³ Estamos nos referindo ao tempo que a LDBN definiu para que os professores que possuíssem apenas a Licenciatura Curta tivessem para complementarem os seus estudos para a conclusão da Licenciatura Plena. Além disso, a busca para que os anos iniciais do Ensino Fundamental também fossem preenchidos por profissionais que tivessem não apenas o curso de magistério integrado ao ensino médio, mas também uma graduação de ensino superior.

A interação entre o campus do IFSC no extremo oeste catarinense e a comunidade local Vila Nova

ção legal da União para a sua concretização. Haveria a necessidade de mobilizar as lideranças políticas e econômicas locais, os grupos sociais organizados e a comunidade em geral para assumirem os compromissos através de contrapartidas para a vinda de uma instituição deste porte para a cidade polo. Na época, a Secretaria Municipal de Educação ficou imbuída de convencer os diferentes agentes, independente de suas convicções políticas. O município participou do edital assumindo responsabilidades como terreno, terraplanagem, transporte público, calçamento das vias de acesso, conjuntamente com a participação de doações financeiras ou de material oriunda de outras prefeituras vizinhas, para a construção.

Dessa forma, o terreno foi definido e se localizava no bairro São Luís que, justamente, possuía nas proximidades do local ofertado para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), a comunidade Cohab Vila Nova⁴, também reconhecida por uma parcela dos migueloestinos como “favela”. Após mobilizada, coletada e organizada a lista de contrapartidas e dos parceiros envolvidos, a Prefeitura encaminhou o processo de participação no edital, vindo mais tarde a ser contemplada. Tal acontecimento foi comemorado na cidade e, em seguida, a gestão do IFSC compareceu no município a fim de estabelecer uma aproximação para identificar as demandas regionais da microrregião. Para se estabelecer um processo democrático da escolha dos cursos foram criadas audiências públicas em que se estruturou quais cursos seriam oferecidos. Assim, o curso técnico em Agroindústria concomitante (com duração de três semestres) e o integrado ao Ensino Médio (com duração de oito semestres) e, o técnico concomitante em Agroecologia foram os escolhidos por maioria em votação, ficando para um segundo momento os cursos técnicos em Mecânica e Vestuário, podendo também ser ampliado para o de Edificações.

Nos anos de 2009 e 2010 o campus foi construído e, antes mesmo da obra ser entregue à comunidade (maio de 2011), os novos servidores, entre professores e técnicos administrativos chegaram (final de 2010). No início de 2011, foi realizada a seleção dos alunos e, na sequência, deu-se início às aulas dos cursos técnicos como resposta da decisão popular e da vocação agrícola e de agroindústria dos municípios pertencentes ao extremo oeste catarinense.

Com relação aos primeiros servidores públicos, esses tomam posse a partir do dia 25 de outubro de 2010, entrando em exercício a partir do dia 28 do mesmo mês. Além do diretor, que já se encontrava há mais tempo acompanhando a obra, assumiram, entre os meses de outubro e novembro, 20 profissionais aprovados em concurso no mesmo ano, sendo que desses, 14 eram docentes distribuídos nas seguintes áreas: sete da Educação Básica, quatro de Recursos Naturais e quatro da Produção Alimentícia. Os demais eram oito técnicos administrativos organizados nas seguintes demandas: dois técnicos em Tecnologia da Informação; um Técnico em Assuntos Educacionais; um Técnico em Biblioteconomia e; quatro Assistentes Administrativos.

Esta região em que o campus foi inserido, o extremo oeste catarinense, é composta por um conjunto de 34 municípios⁵. Nesta fase inicial de implantação - 1º semestre - o campus possuía alunos matriculados oriundos dos municípios do entorno como: Guaraciaba e Descanso e outros um pouco mais distante

⁴ A comunidade é tratada pelos migueloestinos como: “Vila Nova”, “Vila Nova I”, “Cohab”, “Cohab Vila Nova”, “favela” e “favelinha”. Para nós, empregaremos o termo “Vila Nova”.

⁵ Segundo dados coletados no site da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, Santa Catarina.

como São João do Oeste (localizado a 50 quilômetros do campus). Além, é claro, da grande maioria de estudantes pertencentes ao município sede São Miguel do Oeste. Como o IFSC incentiva a extensão e a pesquisa, alguns docentes perceberam que através dos fomentos disponibilizados pelos editais, somados as suas experiências e também as oportunidades de aplicabilidade de estudos ainda não realizadas na região, iniciaram um processo de pesquisa aplicada, envolvendo para isso, os estudantes do campus que passaram a ter a oportunidade de se tornarem bolsistas e pesquisadores iniciantes. Com o diálogo aberto junto à comunidade, elaborou-se um mapa conceitual das principais demandas regionais e, por sua vez, de que forma o campus poderia contribuir nesta empreitada.

Nesse sentido, compreendeu-se o papel fundamental que esses professores e técnicos, através da Instituição de Ensino que representavam, passaram a significar para a comunidade em termos de qualificação de uma mão de obra para o mundo do trabalho⁶. Este campus, através dos seus sujeitos, poderia contribuir para a conciliação do desenvolvimento da região, bem como da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Esta educação profissional gratuita e de qualidade permite a ascensão individual, mas também coletiva de uma parcela da comunidade que vê no conhecimento o modelo de prosperar econômica e culturalmente.

Contudo, entende-se que esta instituição não desempenha o seu papel satisfatoriamente se não consegue, ao menos, perceber que muitos dos problemas que ela poderia resolver, através da educação, em relação à capacitação das comunidades e de seus recursos humanos, não estejam disponíveis para o local, ou mais precisamente, ao lado da sua sede. O que queremos dizer com isso? Que nos limites do terreno do campus, vizinhos de cerca, existe uma comunidade carente que necessitava de educação básica e profissional gratuita. Inclusive, através das entrevistas realizadas por meio de uma pesquisa de extensão, das conversas informais com estes moradores da comunidade Cohab Vila Nova ou dos diálogos com outros migueloestinos residentes nos demais bairros da cidade, verificou-se que todos aqueles que habitam este espaço, ao lado do campus, são rotulados como “favelados” por estarem em um espaço urbano também reconhecido como “favela”.

Nesse sentido, constatou-se que a comunidade Vila Nova precisava de uma intervenção pública com a participação do Campus para a realização de ações concretas que incentivassem a prática de hábitos e costumes relacionados a uma aprendizagem que lhe auxiliassem, via educação, na desconstrução da imagem negativa que lhe fora imposta, bem como no aprimoramento ou na aquisição de novas profissões.

A partir de um projeto relacionado ao Histórico/Memorial do campus por intermédio de uma pesquisa documental e com o emprego da técnica da História Oral, concluída no mês de dezembro de 2011 e, apoiado pela Pró-reitoria de Extensão do IFSC, observou-se que os moradores entrevistados adquiriram um imaginário popular com significações negativas acerca do Estabelecimento de Ensino; isto é, a Escola, em razão da própria localização física (topográfica), manifesta-se como “algo inatingível”.

⁶ Consta essa terminologia em alguns Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), como podemos verificar no PPC de Técnico em Eletromecânica do Campus São Miguel do Oeste, que teve seu início neste ano (2017): “Formar profissionais para atuar de forma crítica nas relações e interações do mundo do trabalho, entendendo o trabalho como realização humana e prática econômica” (p. 5).

A interação entre o campus do IFSC no extremo oeste catarinense e a comunidade local Vila Nova

O Projeto de Extensão intitulado “IF-SC Campus São Miguel do Oeste: a história de um projeto em implantação”⁷ transcorreu durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2011 com o auxílio de cinco bolsistas. A coordenação ficou sob responsabilidade do professor de Geografia e História José Fabiano de Paula. Mais duas professoras colaboradoras participaram desse projeto: Simone Raquel Casarin Machado (docente de Matemática) e Letícia Schneider Ferreira (professora de Ciências Humanas).

A proposta tinha como objetivo construir uma memória para este estabelecimento de educação não somente com a análise dos documentos oficiais, mas, sobretudo através da percepção que as pessoas que residiam no entorno do campus tinham acerca dele. Para a surpresa dos professores envolvidos, quando chegaram aos primeiros resultados, identificaram que a comunidade detinha um “sentimento topofóbico” quanto a Instituição que se projetava, no relevo, acima deles. Isto é, além de transmitir uma “sensação de superioridade” por estar acima no terreno e a comunidade abaixo, o prédio do IFSC também chamava a atenção pela sua grandiosidade associada à beleza arquitetônica que, para os moradores, não estava condizente com a realidade paisagística de suas humildes moradias (ruas estreitas e sem pavimentação, inexistência de vegetação arbórea, casas sem calçadas, paredes com pinturas desgastadas).

Diante desses trabalhos, evidenciou-se o surgimento de um “espaço descontínuo” por se encontrar de um lado uma comunidade que tem na sua memória e nos laços de convivência diária um entendimento de mundo sobre o lugar que habitam. E no outro lado da cerca, surge da noite para o dia, um campus do IFSC com prédios, equipamentos e pessoas que os primeiros desconheciam. O desconhecimento desse novo território na cidade e na vila, bem como o limite imposto pela cerca que os moradores têm de aproximação por não saberem qual a finalidade de toda aquela infraestrutura, por si só, motiva uma segregação espacial. Para tanto, Rolnik (1995) contribui para a nossa reflexão dizendo que:

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial [...]. É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores (p. 40-41).

Na busca para se ter um campus do IFSC em São Miguel do Oeste, envolveu-se um grande esforço para mobilizar a sociedade política, econômica e social local e regional. Porém, esqueceu-se justamente de consultar ou divulgar para a comunidade Vila Nova a mudança de paisagem que estes sofreriam diretamente através da sua percepção de sentidos. Houve um impacto paisagístico que, de certa forma, conduziu-os para uma alienação em que não reconheciam mais uma parte do lugar em que habitavam.

Para mitigar este processo percebido primeiramente no projeto de extensão relativo a memória do campus foi organizada uma monografia da área de Gestão Pública, que tinha por objetivo discutir horizontalmente com a comunidade as possibilidades de interação. Além disso, acrescentou-se o papel do gestor

⁷ Os dados desse projeto de extensão também foram utilizados na construção de uma monografia de Pós-graduação *lato sensu* intitulada “O gestor, o órgão público e a comunidade: um estudo das possibilidades de interação entre o IFSC campus São Miguel do Oeste e a Vila Nova I”, defendida em 2013, de autoria de José Fabiano de Paula. Mais tarde, em 2014, este trabalho tornou-se um livro patrocinado pelo próprio IFSC, publicado e disponibilizado em formato *e-book* apenas em 2017. Nesse estudo, concentrou-se as demandas da comunidade Cohab Vila Nova I e o que o gestor, representante da sua instituição pública, poderia fazer para auxiliar as pessoas que lá residiam.

do campus, extensivo também a outros órgãos públicos, como um mediador entre as demandas existentes da comunidade e as possibilidades de oferta perpassadas pela educação em que a instituição poderia se fazer atuante, ajudando assim aquela pequena população.

Com esse diagnóstico, constata-se que o gestor público, diretor do campus, precisa obter uma percepção maior acerca da comunidade. Necessita, sobretudo, estabelecer estratégias que visem a obter uma maior aproximação e integração, para que se possam estreitar os laços entre a comunidade local e a instituição.

A influência da contemporaneidade no espaço-tempo das comunidades

O panorama neoliberal e capitalista de mundo produz realidades que são construídas a partir de grupos hegemônicos internacionais. O global e o local participam de uma lógica de interesses em que as verticalidades impostas pelo capitalismo tentam subjugar o local, transformando-o em um espaço muito mais de prospecção econômica do que sociocultural. Esta perspectiva remonta as grandes navegações do final do século XV com o avanço dos tentáculos eurocêntricos sobre os demais continentes. Neste processo de homogeneização do ocidente, civilizações consideradas desenvolvidas no continente americano (asteca, inca e maia) como no africano (império zulu) foram dizimadas. Além desta imposição de pensar e agir e com o advento de novas tecnologias, ampliou-se ainda mais as desigualdades entre as sociedades subdesenvolvidas e dentro delas. Mesmo com a facilidade no acesso à informação veloz adquirida pela internet, com o recurso de um celular ou de um computador ou de um *tablet*, esse não está disponível para todos. Dessa forma, alguns detêm mais conhecimento do que outros através do seu poder de consumo. Nesse sentido, Milton Santos (2003) comenta que a velocidade “está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia do tempo” (SANTOS, 2003, p. 41).

A resistência para conter este rolo compressor da globalização sobre as diferentes comunidades pode ser encontrada por intermédio da solidariedade que um determinado grupo pode exercitar entre seus membros. Os hábitos, os costumes, condição semelhante, seja financeira, seja de experiências podem despertar nestas pessoas um nível de identidade que lhes aproxime e que, por sua vez, contribua para se organizarem conjuntamente em busca da solução de seus problemas.

A identidade em questão ultrapassa o campo da etnia, da raça e, chega à luta diária pela sobrevivência das famílias que habitam um mesmo terreno, uma rua, uma favela ou um bairro. A sua forma de conceber o mundo é diferente de uma família abastada que se preocupa em planejar para qual país será o destino nas próximas férias, por exemplo.

A necessidade básica de sobrevivência diária perpassa uma realidade da falta de emprego ou da geração de renda a partir de um subemprego ou ainda, de um assistencialismo governamental que apenas contribui para o alimento, mas não para a conquista emancipatória do sujeito como planejador de sua própria vida.

Este global perverso que condiciona e induz uma parcela da sociedade para uma cultura de massas alimentadas pelo consumo desenfreado contido na informação existente no tempo rápido, não condiz com aquele tempo em que os moradores mais humildes estão inseridos: o tempo lento. Neste se constrói uma cultura popular ao longo do tempo-espaço agregando às pequenas comunidades características originais da vivência cotidiana.

Durante séculos, acreditávamos que os homens mais velozes detinham a Inteligência do Mundo [...]. Agora estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos [...]. Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente prefabricadas, é a sua perda (SANTOS, 2004, p. 325).

Os ricos e a classe média estão inseridos em um mundo racional, em um “espaço de exatidão” movido pelas redes de informação que, muitas vezes, estão ali para manipular a visão da realidade. Já as classes menos favorecidas, por não terem acesso a essa cultura, acabam investindo ativamente no diálogo horizontal com os seus semelhantes, podendo assim articular de forma ruidosa, criativa e inconsciente, ao longo do tempo, novas práticas que mudarão o seu espaço.

A comunidade Vila Nova, mesmo sem saber, possui uma identidade em que as reflexões dos “lentos” estão presentes. Os sujeitos ali inseridos, por não terem condições de acesso às novas tecnologias como também a uma melhor qualidade de vida, recriam no dia a dia, através do seu trabalho, alternativas individuais mínimas para a sobrevivência das famílias. Por isso, não havendo uma política pública específica para aquela localidade, parece-nos importante a iniciativa da gestão do campus para estabelecer uma aproximação que não fique apenas na desalienação do espaço (conhecendo o objetivo do campus), mas de (re)construir uma percepção por parte da comunidade de que seja possível usufruir daquele estabelecimento de Ensino Público. Inclusive, com a aprendizagem de profissões que lhes oportunize a inserção no mercado de trabalho formal, já que muitos ali se encontram desempregados. Nesse sentido, Amartya Sen (2000) lembra que “o desemprego contribui para a ‘exclusão social’ de alguns grupos e acarreta a perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica” (p. 36). A comunidade também deveria ser reconhecida por uma identidade que seja respeitada por suas características específicas e, não por aquela imaginada: “favelados”; de uma boa parcela da sociedade migueloestina.

Na sua constituição influenciada pelo tempo, a Vila Nova surgiu no final da década de 80. Inicialmente a prefeitura construiu 49 casas populares com a finalidade de atender grupos carentes que se localizavam em outros bairros do município como São Jorge e Santa Rita. A expressão comum criada naquele período para esse público foi “favelados”. Palavra que se perpetuou até a pesquisa, pois era comum constatar este rótulo, principalmente quando se tentava pedir algum tipo de informação sobre o endereço do IFSC na cidade. As pessoas indicavam que era próximo da “favelinha”. A comunidade Vila Nova passou a conviver com essa “designação” que, de certa forma, promoveu uma baixa autoestima entre seus moradores. Este estereótipo foi definido a partir da diferença que os outros migueloestinos produziram e reforçaram acerca da comunidade. Hall (2006) com relação à língua e a pronúncia das palavras diz que

O significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. Nós sabemos que é a ‘noite’ porque ela não é o ‘dia’ [...]. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (p. 40-41, grifos do autor).

Com isso, constata-se que o tempo vai moldando novas significações para a sociedade da mesma forma que vai fortalecendo a identidade de grupos. As diferenças entre grupos podem contribuir para a união de um coletivo que se vê menosprezada pelo outro. Os moradores da Vila Nova, motivados pelo imaginário que a população do município faz deles desde sua transferência para o espaço, acabam também por se considerarem “favelados”.

Metodologia utilizada

Na tentativa de entendermos ainda mais a diferença entre o global e o local, é necessário compreendermos o espaço em que essas pessoas estão inseridas. Para isso, realizamos a entrevista com 15 famílias pertencentes a um total de 49 residências. Na orientação da construção das perguntas seguimos Marconi e Lakatos (2005) que nos subsidiaram através da caracterização dessa proposta como uma pesquisa de campo exploratória-descritiva combinados que “têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas” (p. 190).

Por isso, a elaboração de um formulário para as entrevistas se fez necessário para a realização dos questionamentos com o público-alvo. Assim, definimos perguntas estruturadas “em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 199).

A partir da definição da metodologia a ser seguida para a coleta dos dados junto à comunidade, iniciou-se o processo de entrevistas para se reconhecer a percepção destas pessoas em relação ao campus e o local em que habitam. Para compreendermos melhor aquilo que está subtendido ou totalmente exposto pelos nossos sentidos em relação à comunidade Vila Nova, foi elaborado perguntas que pertenciam a dados sociodemográficos como também questionamentos abertos no intuito de se compreender a percepção que a comunidade tinha do campus e de que forma esta instituição, na opinião deles, poderia ajudar-lhes.

O trabalho de extensão inicial do memorial do campus que desenvolveu entrevistas com a comunidade atingiu, aproximadamente, 31% das moradias da Vila Nova. Portanto, este tipo de técnica oportunizou “rapidez e o fato de não exigirem exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos. Outra vantagem é possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas” (GIL, 2008, p. 113).

A metodologia empregada foi muito importante para a coleta e análise dos dados. Contudo, sabe-se que as informações construídas aqui são uma representação que tenta se aproximar da realidade. Pois temos consciência da impossibilidade de se atingir à totalidade dos fenômenos econômico e sociocultural

ocorridos na comunidade Vila Nova.

Resultados

As entrevistas foram organizadas em duas etapas: num primeiro momento buscou os dados socio-demográficos mais objetivos e, a segunda fase que compreende questionamentos que abrangem a subjetividade dos entrevistados quanto à noção do que significa aquele “prédio” (campus) para eles⁸.

Reforçaram-se, na primeira parte, os aspectos sociais e demográficos da comunidade. As suas naturalidades, as suas profissões, as rendas, os níveis de escolaridade foram, entre outros, perguntas fechadas que realizamos com o apoio dos bolsistas nas casas deste público-alvo. Uma categoria que nos chamou a atenção foi quanto as suas etnias. A grande maioria era descendente de luso-brasileiros e não de italianos. A surpresa se dá porque o município enfatiza a influência da cultura italiana, tanto pela colonização na década de 40 e 50 vinda da serra gaúcha como de ser comum encontrar sobrenomes italianos, agregando assim, ao município um desenvolvimento pautado nestes desbravadores colonos. Contudo, como boa parte das famílias mais abastadas da cidade são desta origem étnica e residem no centro, percebe-se que aos demais que não pertencem a esta cultura se localizam nas zonas periféricas e marginalizadas de São Miguel do Oeste. Tais questionamentos contribuíram para se conceber uma amostragem, mesmo que simples, da comunidade que foi, então, caracterizada como de baixa renda, etnia luso-brasileira predominante, baixa escolaridade, faixa etária concentrada nos adultos acima de 31 anos e com núcleo familiar numeroso quando considerado o terreno e não apenas a residência. Boa parte dos inquiridos eram trabalhadores do mercado informal refletido assim, pela falta de conhecimento técnico e tecnológico que, por sua vez, inabilita o vínculo empregatício formal junto às empresas do município.

Os principais tipos de profissão citados foram: doméstica, do lar, aposentado, servente de pedreiro, auxiliar de cozinha, catador, entre outros. A apresentação das suas profissões demonstra, embora não seja menos importante, um conhecimento que foi adquirido empiricamente e com menos capacidade de controle sobre o seu objeto de trabalho. Isto é, participam de uma estrutura do trabalho onde recebem menos e são considerados os mais inferiores e marginalizados por estarem abaixo dos demais. Não é “pedreiro”, é “servente”. Não é, “cozinheiro”. É “auxiliar de cozinha”. Por isso, parece-nos que o campus poderia ofertar, por intermédio da educação e, por sua vez, da capacitação técnica o aperfeiçoamento das profissões existentes na Vila Nova, seja com uma iniciativa própria, sem interferência externa, seja em parceria com outros órgãos ou empresas.

A espontaneidade do gestor como também dos servidores públicos do campus, em compreender as realidades existentes na Vila Nova, quando relacionado ao déficit educacional, podem ser o incentivador para que este órgão público e as pessoas do bairro se aproximem. A ausência de mais anos de estudo por parte desta população representa um impedimento para se interpretar suas necessidades. As próprias entrevistas eram carregadas de vergonha e autopreconceito quanto ao seu conhecimento de mundo. Por

⁸ Importante frisar que esses resultados foram construídos pelo projeto de extensão sobre a Memória/ Histórico do Campus como também da monografia sobre Gestão Pública. Caso tenha-se interesse em acessar os gráficos referentes a esta pesquisa, os mesmos se encontram no livro: “O gestor, o órgão público e a comunidade”, que está publicado em formato *E-book* com endereço exposto na bibliografia deste artigo.

isso, não se deve esperar que o pedido de ajuda se origine na comunidade – até porque a comunidade aparentemente não sabe o que o IFSC significa, identificado através das entrevistas, e nem como eles podem estabelecer a comunicação com a instituição – mas sim, através de uma intervenção do campus com seus recursos humanos e de infraestrutura para com esse público vizinho de cerca, sem esquecer assim, do respeito às suas individualidades e visões de mundo.

Na segunda etapa desta atividade de extensão foram destinadas a perguntas abertas, em que o entrevistado pode apresentar as suas percepções sobre a paisagem do IFSC que se encontrava ao lado. Com isso, iniciou-se com os questionamentos sobre a interpretação da sigla IFSC? Assim, quase 50% dos participantes indicaram que não tinham conhecimento do que era. Os demais tentaram responder caracterizando-o como uma Escola. Embora as respostas tenham certo fundamento, eles arriscaram nas respostas demonstrando incerteza e não convicção. Inclusive, questionamos ainda como eles tinham adquirido esta informação. E, todos indicaram que foi por intermédio do que as pessoas conversavam na comunidade. “Também, através de uma conversa informal com uma aluna do Campus pertencente ao Programa Mulheres 1000 e moradora dos arredores: ‘Nós achava que era escola pra médico, pra doutor! Que tinha que pagar!’” (PAULA, 2014, p. 50).

Nos formulários desta pesquisa também se percebeu a pergunta sobre a participação dos moradores para a vinda do Campus para São Miguel do Oeste, referente à mobilização da comunidade nas audiências públicas. Na sua grande maioria responderam não. Porém, houve dois indivíduos que informaram que sim, sendo que um deles foi através da contratação da mão de obra local para a edificação.

Outro questionamento que os bolsistas realizaram para estes sujeitos foi se antes da vinda e instalação do campus foram perguntados sobre o que achariam desta escola? Novamente a grande maioria respondeu que não. Os outros dois que disseram sim, equivocaram-se, pois quando consultamos a instituição ou a prefeitura se haviam realizado entrevistas informaram que não. Inclusive, um deles indicou o nome de uma instituição comunitária da região. Constata-se, através desta parcela da comunidade, que os moradores desconhecem o campus que é seu vizinho de cerca. Pois a memória construída na comunidade não fez parte da (re)construção do espaço que eles estavam inseridos, justamente por não terem participado do processo de instalação. Por isso, concordamos com Santos (2003): “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (p. 328). Nesta condição se encontrava a comunidade Vila Nova.

Os entrevistados também foram perguntados sobre os cursos ofertados no IFSC. Novamente a grande maioria não soube responder. Dessa forma, reforça-se a alienação do público-alvo acerca deste espaço. Mesmo que dois indicaram corretamente o “Programa Mulheres 1000” e o de Formação Inicial e Continuada (FIC) “Pedreiro”. Portanto, os principais cursos técnicos: integrado ao Ensino Médio e os concomitantes em Agroecologia e em Agroindústria, bem como o PROEJA-FIC em Técnicas de Agricultura Familiar (Ensino Fundamental - anos finais); não foram lembrados.

No que se referiu se o IFSC chegou a promover algum prejuízo para eles na sua instalação, apareceram alguns relatos que até o momento desta pesquisa estavam desconhecidos. Entre eles, destaca-se o fato

A interação entre o campus do IFSC no extremo oeste catarinense e a comunidade local Vila Nova

que durante a construção da colocação da tela para o fechamento da área do campus, o morador reclamou que cortaram o seu “pé de abacate”, sem ao menos lhe ter solicitado autorização para isso. Trata-se de uma situação que a força vertical da empresa prestadora de serviço não se preocupou em entrar em contato com a comunidade, avisando-lhes da instalação dos limites. Mais uma vez, demonstrou-se a marginalização deste pequeno grupo de pessoas, desprezando assim seus valores, sentimentos e significações de mundo.

Na área do campus havia uma trilha que encurtava a distância dos moradores em relação ao centro da cidade, como também um campo de terra batida organizado pelas crianças e adolescentes da Vila. Com o fechamento da área, o acesso e o “campinho” desapareceram ocasionando a insatisfação dos jovens e das pessoas que daquele caminho faziam a sua passagem para a área central do município.

As pessoas mesmo não sabendo o que significa o IFSC, não pareciam relutantes em aceitar aquela paisagem que impactou as suas vidas. O problema na aceitação do campus passou muito mais pela atitude arbitrária e autoritária da empresa de construção contratada através das suas ações verticalizadas na transformação do espaço do que as edificações e servidores que lá trabalham. Porém, de certa forma, para os moradores, o campus possuía coparticipação nos eventos.

Conforme transcorreram as entrevistas, os entrevistados interrompiam os bolsistas buscando compreender o que era o IFSC. Com isso, acabou que a própria pesquisa se tornou uma forma de divulgação das atividades do campus relacionado à educação profissional e tecnológica para com estes sujeitos. Na sequência tentamos saber deles como eles achavam que o campus poderia contribuir na vida deles. As respostas ficaram sintetizadas em educação, ensino e emprego. Nesta altura da pesquisa, como já falamos que os moradores também perguntavam, os pesquisados já estavam ambientados quanto ao IFSC.

Esta segunda parte compreendeu um conjunto maior de questionamentos, porém acabamos por selecionar aquelas – acima apresentadas e discutidas - que achamos as mais importantes para enfatizar que a comunidade desconhece o campus e quais seriam as principais reivindicações dos moradores quanto à realidade em que estão inseridos.

Os Institutos Federais caracterizam-se por ser um órgão público híbrido. Diz-se isso porque abrange a etapa do Ensino Médio da Educação Básica, as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional, seja FIC, seja técnica. Além disso, no Ensino Superior abrangem cursos tecnológicos de graduação como também atua nas licenciaturas e nos cursos *lato e stricto sensu*. Diante destas possibilidades, como não haver condições do campus a partir do que percebemos nas entrevistas não ter condições de ajudar esta comunidade? Existem situações que em um primeiro momento, parece que o IFSC não teria condição de resolver por estar fora de sua alçada. Dizemos isso em virtude da necessidade do processo de alfabetização para alguns residentes da Vila Nova. Contudo, por ser uma instituição pública federal não significa que ela não possa buscar alternativas em outras esferas como a estadual e municipal, estabelecendo parcerias para a vinda de profissionais habilitados para tal atividade.

Esta iniciativa como tantas outras possíveis são mecanismos de aproximação entre o campus e a comunidade Vila Nova. Esse processo conjunto de construção teria por finalidade proporcionar a melhoria

da qualidade de vida daquela população por meio da educação. Portanto, não seria um órgão público discriminatório ou de segregação espacial, mas um lugar capaz de transformar realidades e construir sonhos com aqueles que mais necessitam.

A tríade: o gestor, o órgão público e a comunidade

Os *campi* do IFSC foram implantados em todas as mesorregiões de Santa Catarina, com exceção daqueles que são de responsabilidade do Instituto Federal Catarinense. A estratégia governamental da época foi contribuir para os arranjos regionais e locais através da preparação da mão de obra necessária para o desenvolvimento dos municípios, não somente das empresas, mas das populações que lá habitam. A formação básica, técnica e tecnológica também forneceram alteridades individuais e oportunizou que aqueles jovens que eram desprovidos de uma educação gratuita e formativa, tivessem próximo de suas residências uma Escola que lhe proporcionasse o conhecimento desejado, evitando assim, a sua migração para os grandes centros urbanos ou na sua permanência sem oportunidades de ampliar suas aprendizagens.

No caso de São Miguel do Oeste, o campus é o primeiro instituto federal da região. Tem o compromisso de atender as demandas de mais de 200 mil habitantes pertencentes ao extremo oeste catarinense de acordo com sua capacidade educacional através do ensino, pesquisa e extensão, atraindo assim estudantes dos demais municípios periféricos. Porém, como atender tal meta, se o campus não consegue perceber uma comunidade, vizinha de cerca, que carece de orientação e, principalmente, educação?

Para isso, necessita-se que o campus, por intermédio de seu gestor, tenha a iniciativa de se conscientizar para a construção de um espaço menos alienado e mais permeado de conhecimento. Assim, precisa-se estender este olhar sobre a comunidade Vila Nova e orientá-los que aquele “prédio gigantesco” que foi edificado ao lado das suas casas também pertence a eles. Talvez seja ali, o local que poderá auxiliá-los a ascenderem socialmente pela aquisição do conhecimento técnico ou tecnológico. Tenta-se desfazer o imaginário popular da existência de um IFSC destinado às elites, mas sim aqueles que mais precisam.

A atração consciente dos moradores para dentro do campus com o objetivo claro de conhecerem e buscar a sua inserção conforme a vocação profissional que possuem, seria uma ação fundamental. A sugestão para a colocação em prática desta proposta, seria o incentivo aos projetos de pesquisa e extensão que poderiam promover aprofundamentos mais concretos sobre as diferentes realidades desta comunidade. O diálogo horizontal, em que a escuta de suas vozes poderia manifestar o que realmente eles querem, seria a (re)construção de uma solidariedade recíproca entre a comunidade e órgão público. “A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum” (SANTOS, 2003, p. 110).

Os recursos do campus na educação abrangem conhecimentos da área de Recursos Naturais. Inicialmente poderia, através dos engenheiros agrônomos ou dos biólogos, criarem um projeto de horta comunitária ou produção de mudas frutíferas destinadas a comunidade na intenção de se agregar técnicas

A interação entre o campus do IFSC no extremo oeste catarinense e a comunidade local Vila Nova

para o cultivo de verduras e frutas para a família. Conjuntamente a isso, seriam atribuídas estratégias de preservação ambiental e respeito à fauna e flora local. O IFSC localizado em São Miguel do Oeste possui corpo docente e técnico qualificado capaz de diversificar a criação de cursos e palestras para esse público. Na área administrativa, o professor teria condições de apresentá-los, caso eles desejem, a concepção de Associativismo e Cooperativismo para se auto-organizarem e criarem processos de organização para solucionarem as demandas mais urgentes da comunidade. O apadrinhamento por parte do campus da comunidade e do convite a participar da organização de painéis mediadores em que os professores e técnicos começariam a controlar e depois, conforme os moradores fossem se familiarizando, assumiriam a organização total, ou seja, alcançariam a sua independência para debater os seus próprios problemas de modo coerente e objetivo.

As dependências novas do campus são dotadas de biblioteca e laboratórios, inclusive, de informática, podendo assim abrir estes espaços para os estudantes da comunidade no intuito de auxiliarem a complementar as suas pesquisas em um ambiente apropriado e próximo de suas residências. Tal tarefa manteria uma boa relação de vizinhança com os jovens e adultos e seria um espaço convidativo para que estes venham a estudar futuramente no IFSC.

No livro “O gestor, o órgão público e a comunidade” (2014) outras estratégias, além daquelas apresentadas anteriormente, são propositivas como projetos que poderiam ser de grande utilidade para a integração e o próspero desenvolvimento da comunidade Vila Nova. Por que outros órgãos públicos, na representação do seu gestor, não podem executar ou estender um olhar especial para os seus arredores, denotando ações que venham a ajudar as pessoas que vivem no seu entorno? Trata-se de se empenhar para que aqueles que são constantemente silenciados pela falta de conhecimento possam ganhar vozes e dirimir esforços para a luta por conquistas do seu grupo.

Além disso, porque não se pode estender esta oportunidade de interação com as comunidades, os órgãos públicos e o governo para a iniciativa privada no intuito de integrá-los, recebendo em troca benefícios fiscais?

Considerações finais

A perversidade da globalização desigual que possibilita o acesso da informação e mercadorias ve-lozmente pelos grupos hegemônicos marginaliza, por outro lado, grandes porções da população mundial quanto ao seu baixo poder aquisitivo. Tal consequência da contemporaneidade acaba por interferir nas relações sociais e familiares, fragmentando-as. Principalmente na ausência do diálogo horizontal entre os órgãos públicos e a comunidade.

Na necessidade dos arranjos regionais, os campus dos Institutos Federais multiplicaram-se na primeira década do século XXI no Brasil. A interiorização deste projeto relacionado a educação básica, técnica e tecnológica para as comunidades mais distantes contribuiu para que muitas regiões ou municípios passassem a ter acesso a um Estabelecimento de Ensino gratuito e que zela pela qualidade do seu trabalho. Na ação direta de implantação destes campi nas cidades-sede se encontravam os gestores.

A construção dos *campi* ou o aproveitamento das edificações já existentes, bem como a aquisição de equipamentos e contratação de profissionais qualificados, comprometeram muitos recursos financeiros e dedicação de seus gestores. Porém, quando entregavam estas “Escolas” à comunidade regional, percebia-se que o investimento nutria nas pessoas um sentimento de orgulho e satisfação por ser proporcionado instalações de grande impacto paisagístico. Contudo, as percepções topofílicas de alguns podem contrastar com os sentimentos topofóbicos de outros. É o caso da comunidade Vila Nova.

Diante da situação de se ter um campus já construído, revelando a sua “imponência” sobre a comunidade, no caso específico da Vila Nova, há necessidade do gestor e do seu conjunto de servidores se conscientizarem da missão do IFSC para também terem condições de conscientizarem a comunidade do entorno quanto este Estabelecimento de Ensino, Pesquisa e Extensão poderá ajudá-los. Não definindo o que eles devem fazer, mas dialogando e construindo o processo de interação conjuntamente com eles. A baixa autoestima dos habitantes da Vila Nova que foi construída historicamente pelo município de que ali se concentrava uma “favela” e, por conseguinte, que quem reside ali é “favelado”; induz a ampliação do preconceito com os moradores. Inclusive, fazendo com que este esteriótipo também seja incorporado por esses sujeitos. Daí um bom começo de proposta a ser (des)construída do imaginário popular utilizando, para isso, os recursos humanos e físicos do campus.

A educação tem a incrível capacidade de mudar vidas e construir sonhos. Portanto, a responsabilidade de um gestor e da sua equipe é imensa quando se coloca este tipo de premissa para o desenvolvimento político-econômico e sociocultural das comunidades. Os Institutos Federais não estão longe disso, pois ofertar conhecimento, mediar painéis, orientar, debater e sugerir propostas sem ser impositivo são alicerces fundamentais para o crescimento pessoal e coletivo dos grupos.

O IFSC e a Vila Nova podem traçar estratégias juntos retroalimentados pela comunicação tradicional. Estamos aqui não deixando de lado totalmente, mas empregando e menor medida as novas tecnologias de informação porque boa parte destes moradores não possui ou não tem condições de acesso à internet, ao *e-mail*, ao *skype*, entre outros. As entrevistas e as conversas informais demonstraram serem muito mais significativas porque o tempo deles não é o mesmo dos outros.

O trabalho alertou para a necessidade de se ampliar os laços de convivência entre comunidade e campus, havendo como contrapartida, a oferta de educação gratuita para essas pessoas. Procurando compreender a sua realidade, sua forma de (re)significar o mundo e o seu conhecimento adquirido na prática cotidiana da vida. Para depois sim, apresentar propostas na área profissional que possam inseri-los e não excluí-los do espaço em que vivem. Mas como fazer acontecer se não existe interação? Como aceitar que esse campus tenha a responsabilidade de oportunizar cursos de (PRO)EJA, FIC(s), ensino médio, técnico, tecnológico e de pós-graduação para todos os municípios da microrregião de São Miguel do Oeste, mas não contribui no auxílio daqueles que mais precisam e além do mais são seus vizinhos?

No momento em que o(s) gestor(es) do IFSC ou de qualquer outro órgão público estender o seu olhar para o seu lado e constatar que existem crianças, jovens, adultos e idosos com as suas mais diferentes e incríveis histórias individuais, letradas pela vida, promoverão uma autoconsciência que perceberão que não se trata apenas da etapa ou modalidade de ensino, mas da educação como um todo a serviço do bem

estar comum. Pois do que adianta oferecer cursos nestes moldes para uma determinada parcela da sociedade se, aqueles que mais precisam não podem usufruir. Referimo-nos às crianças e adolescentes que abandonaram a Escola ou que, quando estão frequentando, encontram-se dentro daquela distorção ano-idade. Também não podemos nos esquecer dos adultos e idosos que não possuem ensino fundamental completo, mas gostariam de concluí-lo. Ou ainda, aqueles que não gostam de estudar⁹, mas queriam ter um diploma referente a uma profissão. Assim, um (PRO)EJA auxiliaria os adultos a concluírem o Ensino Fundamental para depois avançarem no Ensino Médio. Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de curta, média ou longa duração com o ensino de uma profissão que satisfaça esse público e ao mesmo tempo lhe dê dignidade e autoestima diante da sua comunidade e principalmente de sua família. Portanto, estes tipos de aprendizagem, os Institutos podem oferecer e, por sua vez, quando houver uma demanda justamente ao lado de sua sede, contribuir para a sua implementação.

O trabalho de interação e toda a metodologia que viria a ser aplicada poderiam criar um conjunto de orientações que, por sua vez, serviria de modelo para outros órgãos públicos e seus gestores para que também iniciem um diálogo com a comunidade vizinha, respeitando, para isso, as diferentes identidades locais (PAULA, 2014, p. 60).

A participação dos gestores da educação nas comunidades locais e, por sua vez, das suas equipes de trabalho, podem criar aproximações ou distanciamentos. Depende da forma como eles interpretam os objetivos do seu órgão público. Contudo, seria muito importante que este gestor percebe os anseios do “mundo paralelo” dos transeuntes invisíveis que convivem no entorno das instituições. E, espontaneamente tentasse estender a sua mão para ajudá-los.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dez. 1996.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- PAULA, J. F. O gestor, o órgão público e a comunidade: um estudo das possibilidades de interação entre o IFSC campus São Miguel do Oeste e a Vila Nova I. Florianópolis: IFSC, 2014.
- Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Eletromecânica. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/SMO_TECNICO_CONCOMITANTE_ELETROMECHANICA_PPC_1400.pdf>Acessado em: 25 abr. 2017.
- ROLNIK, R. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. 4. ed. São Paulo: USP, 2004.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁹ Dizemos “aqueles que não gostam de estudar” por ser um discurso comum entre os jovens e adultos. Contudo, não podemos nos esquecer que às vezes não trata-se apenas “de não gostar de estudar”, mas de se “receber os estímulos pedagógicos que atraem o estudante”. Ou ainda, do conhecimento que se deve ser estudado ter relação direta com o contexto do aluno, dando-lhe, portanto, sentido, significado e utilidade para a vida.